

TER, Marcelo Nino, 60, Casa Clara, RJ, jornalista

## MARCELO NINIO

O jornalista Marcelo Nino, 60 anos, jornalista



## Decifrando o Parlamento chinês

Para muitos, o Parlamento chinês serve apenas como um carimbo protocolar para as determinações do Partido Comunista, um show metacriticamente coreografado para reafirmar a vitalidade do sistema. Para outros, é uma oportunidade única de decifrar a governança do país numa prestação de contas públicas das estratégias do Partido-Estado.

Como é habitual no universo ruidoso das análises da China, afirmações aparentemente conflitantes podem ser ambas verdadeiras. É o caso do Congresso Nacional do Povo (CNP), o Legislativo chinês, que abre hoje sua sessão anual. É a abertura oficial da temporada política, quando milhares de delegados de todo o país se reúnem em Pequim para discutir o desempenho até aqui e referendar planos para o futuro.

Muitas pistas do que será delineado lá foram reveladas, principalmente no que mais chama a atenção do mundo: diretrizes macroeconômicas, diplomacia e política industrial. Será a estreia do primeiro-ministro Li Qiang na apresentação do relatório de trabalho do governo, que abre a sessão do Legislativo. É quando se anuncia a meta de crescimento da economia para o ano. Embora o número continue chamando a atenção, o governo tem demonstrado que a prioridade mudou. A ordem agora é o "crescimento de qualidade".

Ainda sofrendo as dores da crise no mercado imobiliário e dos três anos de paralisação sob a política de Covid zero, o país passa por um período de baixa expectativa, sobretudo entre os jo-

vens. O maior desafio do Partido é terminar esta semana de sessões do Legislativo com uma mensagem convincente de que tem a receita para recuperar a confiança de consumidores e investidores.

Nas palavras do presidente Xi Jinping, que viraram o slogan atual, a chave está nas "novas forças de produção". Adaptado ao século XXI, é a reciclagem do conceito marxista para incluir novas tecnologias como inteligência artificial e energia verde. Em parte,

significa um papel maior do Estado para conectar pesquisa, finanças e produção. Traduzido para o mundo real, porém, aumenta dívidas sobre como conciliar a prioridade que tornou-se a segurança nacional sem inibir a iniciativa privada.

Para além das manchetes costumeiras sobre o PIB e o orçamento militar, quem se dedica a rastrear com lupa os rumos da governança chinesa recomenda prestar atenção não apenas

nos discursos principais, mas nas leis que estão por vir. Não é tarefa simples, mas felizmente para os interessados há quem encare a tarefa, como Changhao Wei, editor do blog NPC Observer, que acompanha os meandros do Legislativo chinês.

Empresas, diplomatas e estudiosos devem ficar de olho no relatório do comitê permanente do CNP, que anuncia os projetos de lei para o ano. Foi em seu relatório de 2023, por exemplo, que o comitê revelou a proposta de revisão na lei antiespionagem, que causa apreensão entre investidores por potencialmente ampliar a intervenção do Estado por motivos de segurança nacional. Não parou por aí.

A poucos dias da abertura do Congresso, Xi promulgou uma nova revisão da lei, estendendo a proteção do Estado a "segredos de trabalho", uma definição vaga e ampla o suficiente para tornar menos transparente o sistema de governança do país, além de endurecer a vigilância sobre aqueles que usam escrutínio. A nova lei entra em vigor em 1º de maio, o Dia do Trabalho, uma data entranhada no nacionalismo comunista chinês.

## Suprema Corte mantém Trump no Colorado

Decisão unânime afirma que estados não podem, de forma individual, retirar candidatos a cargos federais de disputas realizadas localmente, como as primárias; ex-presidente fora barrado sob acusação de ter participado de insurreição

## ELEIÇÕES EUA

MUNDO

A Suprema Corte dos EUA decidiu, de forma unânime, que o ex-presidente Donald Trump poderá disputar as primárias no Colorado, derrubando uma decisão da Justiça local que havia declarado sua inelegibilidade no estado citando a 14ª Emenda Constitucional, que trata de candidatos a cargos públicos envolvidos no crime de insurreição — a decisão inicial era ligada à suposta participação de Trump no ataque ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. Em sua rede social, a Truth Social, o ex-presidente descreveu a decisão, que veio na véspera de uma série de 15 primárias estaduais conhecidas como Super Terça, de "grande vitória para os EUA".

Em entrevista coletiva em Mar-a-Lago, sua propriedade na Flórida, ele disse que este não era um tema que deveria ter sido decidido pela Suprema Corte, demonstrando confiança no sucesso de sua campanha nas primárias e na eleição geral. A Casa Branca e a campanha de Joe Biden não quiseram comentar.

— Isso [decisão da Suprema Corte] é um avanço para unir

nosso país. Eles [juízes] trabalharam muito rápido em algo que vai ser citado daqui a 100 anos, 200 anos. É muito importante — disse Trump.

Essencialmente, não se pode tirar alguém da corrida por que um oponente gostaria que assim fosse. A decisão da Suprema Corte teve repercussões imediatas para além da proibição do Colorado. A secretária de Estado do Maine, Shenna Bellows, anunciou logo depois a revogação da determinação que emitira em dezembro de 2023 para retirar Trump da cédula das prévias do estado também sob a 14ª Emenda. A Justiça de Illinois, que também adotou medida similar em 28 de fevereiro, ainda não se pronunciou.

REGRA PÓS-GUERRA CIVIL

No ponto central da decisão estava a aplicação ou não de um trecho da emenda, a Seção 3, criada logo após a Guerra Civil, em 1868, que destaca que nenhuma pessoa deve ocupar cargos públicos — eleitores não eleitos — "se tiver se engajado em uma insurreição ou rebelião" contra os EUA ou "dado apoio ou conforto" aos inimigos da nação. A intenção era manter fora do governo federal participantes da antiga Confederação, que tentou se separar dos EUA.



Vitória expressiva. Trump fala à imprensa após a decisão da Suprema Corte que o mantém nas cédulas no Colorado

A decisão de dezembro do Colorado, que motivou a defesa de Trump a pedir a análise do caso pela Suprema Corte, considerou que as evidências de que o então presidente incitou seus seguidores a invadir o Congresso em 2021, durante sessão que confirmaria a vitória de Joe Biden na eleição de 2020, corroboraram os argumentos de que agiu de maneira

a apoiar uma insurreição.

Ontem, a Suprema Corte dos EUA destacou que, apesar de terem poderes para desqualificar funcionários públicos de eleições locais, os estados "não têm o poder, sob a Constituição, para aplicar a Seção 3 para cargos federais, especialmente a Presidência". Os juízes não emitiram posições sobre a acusação de in-

surreição, algo que a corte do Colorado fez.

"Um naga eleitoral em evolução poderia mudar dramaticamente o comportamento dos eleitores em estados ao redor do país, de maneiras diferentes e momentos diferentes", sentenciaram os juízes.

Os magistrados ainda pediram ao Congresso que aprove leis que delimitem a aplicação

dessa emenda, afirmando que apenas o Legislativo pode decidir sobre o tema. Esse foi um ponto sobre o qual houve discordância. Embora a decisão principal, sobre a manutenção de Trump nas cédulas, tenha sido aprovada por unanimidade, o escopo da medida, que delega apenas ao Congresso a palavra final nesses casos, passou por 5 votos a 4.

## 'DESAPONTADA'

Em publicação no X, o antigo Twitter, a secretária de Estado do Colorado, Jena Griswold, se disse "desapontada". O presidente da Câmara, o republicano Mike Johnson, disse que a palavra da Suprema Corte confirmou "o que todos já sabiam", acusando a Corte do Colorado de realizar um "ataque puramente partidário contra o líder das primárias presidenciais republicanas".

O caso de Trump na Suprema Corte não é o único envolvendo o republicano e as eleições de novembro — o tribunal deve decidir, em breve, sobre a imunidade dele no processo em que é acusado de tentar interferir nas eleições de 2020. Sob o argumento de imunidade presidencial, a defesa alega que ele não pode ser processado por atos realizados no cargo, ao contrário de decisões anteriores da Justiça.

## Milei suspende maior agência estatal de notícias na Argentina

Dois escritórios da Télam foram cercados por policiais em Buenos Aires

MUNDO

O governo argentino suspendeu por uma semana a atividade da agência estatal de notícias Télam e cercou dois de seus escritórios em Buenos Aires ontem. A medida foi tomada após o presidente Javier Milei ter anunciado no Congresso na sexta-feira. Com mais de 700 funcionários, entre administradores, jornalistas e fotógrafos, o serviço da Télam transmite informação nacional e conteúdos em foto, vídeo, rádio e redes sociais.

— Descobrimos ontem à noite (domingo) que começaram a cercar (a agência), após o desastroso anúncio em rede nacional de Javier Milei na sexta-feira — disse o delegado do Sindicato de Imprensa de Buenos Aires, Agustín Lecchi, acrescentando que os funcionários não puderam entrar em seus locais de trabalho ontem. O último material difundido pela Télam informou aos assinantes sobre o fechamento, classificado como "um inqualificável ataque à liberdade de expressão, perpetrado nas alturas da madrugada, como

nos anos mais obscuros da história argentina". "A polícia cercou os edifícios da Télam, onde será realizado um abraço simbólico contra seu fechamento", dizia a notícia, que depois saiu do ar como todo o site.

## PERDA DE R\$ 118 MILHÕES

O porta-voz da Presidência, Manuel Adorni, explicou em entrevista coletiva que o governo enviou um comunicado interno "a todo o pessoal, isentando-os da prestação de serviços durante sete dias remunerados, enquanto se avança no plano com base no



Protesta. Carla Guadagni, líder sindical, discursa do lado de fora da sede da Télam durante manifestação contra o fechamento do prédio pela polícia

que foi anunciado pelo presidente". O porta-voz declarou que, neste ano, a previsão era de que a agência tivesse uma perda estimada em 20 bilhões de pesos argentinos (R\$ 118 milhões), e que a decisão não tem "nada a ver com a liberdade de imprensa, nem com a liberdade de expressão".

A agência foi criada há 78 anos com o propósito de "difundir informação a todo o país com caráter federal e pluralista", desenvolvida como uma companhia de capital misto. O objetivo, em 1945, era quebrar o duopólio informativo formado então por duas agências americanas, United Press Inter-

national e Associated Press. A agência era o único veículo jornalístico do país com rede de correspondentes em todas as províncias, emitindo mais de 500 notícias por dia, ao menos 200 fotografias e contando com áreas especializadas, como vídeo, rádio, um portal de notícias e redes sociais.